

**Longe do sertão: literatura, política e nacionalismo em Afonso Arinos**

Alexandre Lazzari\*

**RESUMO:**

Este estudo é parte de uma pesquisa que compara a atuação de escritores oriundos de diferentes regiões do país que seguiram a tendência de relacionar a identidade nacional com a representação de sua terra natal. É o caso do mineiro Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) que, apesar de pouco frequentar os círculos literários do Rio de Janeiro, foi prestigiado e eleito para a Academia Brasileira de Letras. A proposta deste trabalho é discutir alguns dos sentidos que o autor procurou dar à sua obra literária e engajamento político, além de confrontá-los com memórias construídas sobre ele por seus admiradores.

**Palavras-chave:** nacionalismo – identidade nacional - literatura

**ABSTRACT:**

The present study is part of a research that compares the engagement of Brazilian countryside writers that belonged to the tradition of linking national identity to the representation of their homeland province. This is the case of Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) from Minas Gerais state who, although not familiarized with the literary circles of Rio de Janeiro, became very prestigious and was elected to the Brazilian Academy. The purpose of this paper is to discuss some of the meanings that the author proposed to his literary work and to his political commitment, and confrontate this meanings to the memories built by Arino's admirers.

**Keywords:** nationalism – national identity - literature

Afonso Arinos de Melo Franco pode ser considerado, à primeira vista, um escritor que teve uma atitude singular no contexto literário brasileiro do final do século XIX. Seus contos narram histórias de tipos rudes do sertão e valorizam as tradições rurais e o passado da nação, escolhas que parecem destoar dos valores da “belle époque” brasileira, com seus desejos de progresso e sofisticação urbana à moda européia. Mas ele também pode ser visto como um significativo representante de uma tendência menos valorizada pela opinião dominante à época, voltada para o folclore e as tradições regionais, mas que se manteve acesa de forma dispersa entre os homens de letras, tanto das diferentes regiões como na capital do país. É o que pretendo mostrar com minha pesquisa de pós-doutorado que tem o objetivo de comparar autores oriundos de diferentes regiões do Brasil que se destacaram por relacionar a identidade nacional com a representação de sua terra natal.

No contexto das rupturas políticas dos primeiros anos da República brasileira, Arinos defendia a continuidade com o passado e encontrava a identidade profunda da nação nos costumes e nas histórias do sertão onde nasceu, na distante Paracatu, próxima à fronteira que separa Minas Gerais de Goiás. Não se trata de um autor esquecido pela memória literária do país,

---

\* Pós-doutorando em História pela UFF, bolsista do CNPq.

embora pouco estudado. Suas histórias sertanejas inspiraram tanto o nacionalismo dos modernistas paulistas (SEVCENKO, 1992) quanto mais de uma geração de literatos regionalistas, especialmente mineiros, ao longo do século XX. Alceu Amoroso Lima estreou na crítica literária sob o pseudônimo Tristão de Athayde com uma biografia crítica lançada em 1922, já celebrando o pioneirismo regionalista do autor que conhecera e admirara em sua infância (LIMA, 2000). No centenário de seu nascimento, em 1968, finalmente é publicada sua obra completa, composta na maior parte de trabalhos inéditos durante sua vida. O prefácio, escrito por Afonso Arinos de Melo Franco sobrinho, o renomado político brasileiro do século XX, reitera uma interpretação consolidada que explica a obra do tio como resultado do profundo sentimento que o ligava ao espírito de sua terra e sua gente do sertão (ARINOS, 1968).

A proposta deste trabalho é desconsiderar esse tipo de explicação e tornar claro o sentido político que o autor procurou dar à sua obra literária, mostrando que ela fazia parte de um engajamento por uma determinada idéia de nação. O primeiro livro e principal obra foi publicado em 1898 aos 30 anos de idade, pela editora Laemmert, do Rio de Janeiro, intitulado “Pelos sertões”. Embora aquela fosse sua estréia no mercado editorial e também a obra que o tornaria escritor mais conhecido, não representava o início de uma carreira nas letras. Era antes o produto de uma fase da vida do autor, reunindo diversos contos escritos no período de 1888 a 1895, quando era estudante e depois jovem bacharel. A obra era, pois, uma coletânea de diversos textos já publicados em jornais e revistas literárias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, desde a época em que era aluno da Faculdade de Direito em São Paulo e durante o período em que foi advogado e professor de História e Direito em Ouro Preto depois de formado. Mesmo residindo e trabalhando no interior do país, foi durante esses anos que Afonso Arinos fez os contatos e estabeleceu as amizades que o tornariam conhecido nos meios literários da capital. Muito contribuiu para isso um episódio da conturbada política da fase inicial da República brasileira.

Foi durante a crise da revolta da Armada, em 1893, que diversos literatos críticos do governo de Floriano Peixoto fugiram do Rio de Janeiro para escapar do ambiente de ânimos exaltados e de inevitáveis perseguições. Muitos refugiaram-se justamente em Ouro Preto, onde foram acolhidos pelo jovem monarquista Afonso Arinos, que abriu as portas de sua casa, transformada em animado ponto de encontro e de boemia literária para os recém-chegados. Ele se torna, então, o guia de escritores como Olavo Bilac, Álvares de Azevedo, Coelho Neto e outros pelas ladeiras da antiga cidade, contando a eles histórias do sertão e os apresentando aos

arquivos dos tempos coloniais. Encantado com a atmosfera da cidade e com a fidalguia e a erudição histórica do novo amigo, Olavo Bilac se recordaria daqueles momentos como uma experiência marcante (BILAC, 2005). Quando cessam as hostilidades, os literatos deixam as montanhas de Minas e retornam ao Rio de Janeiro e à atividade cotidiana da imprensa. A partir de então, as portas estão abertas para que Afonso Arinos publique seus contos com histórias e personagens do sertão nos jornais e revistas literárias da capital. A Revista Brasileira, dirigida por José Veríssimo a partir de 1895, passa a contar com a presença quase regular do autor mineiro em suas páginas.

Animado pelo incentivo dos amigos literatos, Arinos tinha resolvido participar do concurso literário do jornal carioca Gazeta de Notícias, em março de 1894. Apresentou o conto “A esteireira” (ARINOS, 1968: 72-77), que obteve o segundo lugar entre mais de noventa competidores, em seleção que teve Sílvio Romero entre os avaliadores. Mas o relativo sucesso não o poupou de críticas. Joaquim Alves, escrevendo no periódico A Semana, considerou excessivamente violenta e inverossímil aquela história de uma bela e ciumenta mulata que não só matou friamente a rival com uma navalhada como bebeu todo seu sangue para ocultar os rastros do crime.

A incredulidade do crítico causou imediata reação do autor. Afonso Arinos publicou um extenso artigo, acusando Joaquim Alves de opinar sem conhecer o sertão, sua gente e seus costumes (ARINOS, 1968: 874-881). O fato era verdadeiro e ele, que nascera no sertão, sabia do que falava e não admitia que um carioca habituado aos salões afrancesados da capital lhe dissesse como retratar o bravio “animal humano” das Gerais. Eram dois mundos que se desconheciam mutuamente, afirmava, o da civilização das grandes cidades e o dos rudes habitantes do sertão. Ele se propunha a dar voz a estes últimos, a dar testemunho de sua existência pela “verdade violenta da narrativa”. Verdade, aliás, que muito impressionara seus amigos Coelho Neto e Olavo Bilac quando dela tomaram conhecimento.

Na motivação de Afonso Arinos em aventurar-se na literatura existia, no entanto, mais do que a necessidade de dar testemunho da realidade singular que conheceu de perto, e também mais do que a mera vaidade. O título de sua resposta, “Nacionalização da arte”, já indicava isso. Por mais violentos e rudes que fossem os tipos do sertão, argumentava, a arte tinha a “missão social” de expressar a realidade e revelar o “sentimento coletivo” de um povo. Era o valor da autenticidade e, portanto, da nacionalidade, que deveria orientar a literatura, e não o

ideal da perfeição estética, com suas convenções e artificialismo. O que realmente o entusiasmava era poder revelar ao mundo aquelas peripécias de homens e mulheres brutos do Brasil central, certo de que ali se escondia a energia e a vitalidade que, bem lapidada pelo tempo e pelo progresso, se tornaria a matriz de um caráter nacional original e verdadeiramente brasileiro.

Com esse objetivo, “Pelo Sertão” reúne doze textos que narram histórias e descrevem personagens e paisagens que o autor alega ter conhecido em suas andanças e nos arquivos históricos de Ouro Preto. Contos como “A cadeirinha”, “Buriti perdido”, “Paisagem alpestre”, “Desamparados” e “A velhinha” são narrados em primeira pessoa, como impressões de viagem, e outros como “Joaquim Mironga” e “Pedro Barqueiro” são colocados na voz do protagonista principal, como se este estivesse a contar oralmente sua história para o autor do livro. Capatazes, tropeiros, jagunços, mulatos arredios e escravos fugidos surgem com frequência como protagonistas de cenas violentas, mas sem qualquer condenação moral a suas atitudes e até com evidente simpatia por parte do narrador. Parecem fundir-se com as forças incontroláveis da natureza que os cercam e são capazes de praticar tanto crimes brutais como gestos de grandeza. O escravo fugitivo Pedro Barqueiro, por exemplo, temido pelos jagunços e odiado pelos patrões, é implacável com seus perseguidores, mas poupa a vida de um garoto que demonstra coragem diante da morte.

Afonso Arinos não enxergava nos tipos rudes do sertão apenas mais um modelo de herói romântico ou então espécimes do naturalismo científico então em voga. Ele tinha uma clara convicção de que aqueles eram autênticos brasileiros, o verdadeiro “povo” de uma nação em formação, vivendo à margem do tão louvado progresso. Monarquista convicto, Arinos não aceitava o regime republicano por não concordar com suas práticas e, principalmente, por considerá-lo inadequado ao caráter do povo brasileiro e à história nacional. Apesar de pertencer a uma família com marcante presença na política mineira, tendo o pai e o irmão aderido prontamente à República, tornou-se crítico do regime e teve seu período de militância na propaganda monarquista quando dirigiu o jornal *O Comércio de São Paulo* de 1897 a 1901, a pedido de Eduardo Prado, de quem sua esposa era sobrinha.

A mudança para São Paulo coincidiu com a época das campanhas de Canudos e ele teve que enfrentar a ira de republicanos que depredaram seu jornal acusando-o de conspiração monarquista. Manteve, no entanto, o *Comércio de São Paulo* como uma trincheira anti-

republicana e utilizou a tragédia de Belo Monte como exemplo das incoerências do regime. Em artigo em que faz uma avaliação da guerra já terminada, contesta a existência de qualquer motivação conspiratória por parte do Conselheiro e seus seguidores. O governo, por desconhecer o sertão e seus habitantes e optar pela repressão militar, é que teria acabado por tornar violento e incontrolável o fanatismo daqueles sertanejos. Considera que a guerra, porém, teria servido para mostrar ao governo a verdadeira face da nação.

*Até aqui, só eram brasileiros os habitantes das grandes cidades cosmopolitas do litoral; até aqui, toda a atenção dos governos e grande parte dos recursos dos cofres públicos eram empregados na imigração ou no tolo intuito de querer arremedar instituições ou costumes exóticos. (...)*

*E essa força, que assim apareceu, há de ser incorporada à nossa nacionalidade e há de entrar nesta como perpétua afirmação da mesma nacionalidade. Ela há de, assimilada pela civilização, assegurar nossa independência, impondo-nos ao respeito das nações estrangeiras. (ARINOS, 1968: 645)*

O massacre teria revelado finalmente a face esquecida da nação, os sertanejos abandonados à própria sorte e agora incorporados a ferro e fogo à civilização. Essa assimilação era inevitável e necessária porque, somente eles, adaptados aos rigores daquela natureza tropical e selvagem, poderiam formar um povo que representasse a originalidade brasileira e, em conseqüência, uma nação forte e independente. Sua convicção a respeito disso era tanta que nessa época chegou a escrever uma novela pretendendo nada menos do que narrar a saga de Canudos do ponto de vista dos homens e mulheres sertanejos que dela fizeram parte. A história foi publicada em capítulos no Comércio de São Paulo, sob o pseudônimo Olívio Barros, e em seguida reunida em livro intitulado “Os jagunços”, impresso nas oficinas do próprio jornal em 1898 (ARINOS, 1968: 121-384).

A simpatia pelos humildes do sertão, por seu linguajar e por seus costumes não se explica, porém, pelas origens comuns sertanejas. Apesar de se declarar um sujeito “da roça” quando se dirigia ao leitor carioca, era muito diferente dos tipos sertanejos que dizia admirar. Tinha gostos e hábitos aristocráticos e tornou-se famoso por sua fidalguia e erudição tanto quanto por sua paixão pelas viagens sertão adentro na companhia de tropeiros e jagunços, para escutar suas histórias e apreciar seus costumes. Não cogitava, porém, em abandonar sua vida de *bon vivant*, viajante, aristocrata e erudito para fixar-se em alguma fazenda do sertão e ali exercer o patriarcado que tanto admirava em seus antepassados. Apesar de apaixonado pelo

conhecimento da história e defensor da continuidade das tradições institucionais herdadas de Portugal, da religião e da monarquia, não era um inimigo do progresso científico e econômico.

Suas atitudes se explicam, em boa medida, pela crença em um ideal de nação modernizador mas também conservador daquilo que considerava as tradições culturais e políticas brasileiras, socialmente hierárquico e patriarcal mas também inclusivo e acolhedor dos mais humildes serviçais, produto da evolução racial, ainda que pela via da miscigenação e adaptação ao meio tropical. Era, em muitos aspectos, um seguidor das idéias de Eduardo Prado, especialmente em seu anti-americanismo, em seu modo de mesclar modernismo e conservadorismo e em sua obsessão pela história nacional e pela continuidade das tradições (CARVALHO, 2007: 71-87; ROUANET, 2007: 88-110).

A proximidade com as posições de Eduardo Prado era tanta que, com o falecimento deste em 1901, Arinos foi eleito para substituí-lo em sua vaga na Academia Brasileira de Letras. Em seu discurso de posse, prestou homenagem ao amigo morto fugindo da polêmica, evitando a inconveniência de bater-se por uma causa monarquista já perdida e, para muitos, excessivamente política para os fins da instituição (RODRIGUES, 2001: 111). Ele fez, no entanto, uma apologia do que considerava as maiores qualidades do antecessor, ou seja, seu amor à causa da nacionalidade brasileira, sem deixar de elogiar também o homem cosmopolita, o viajante inquieto e sempre curioso das novidades do mundo e da ciência. E propôs aos ouvintes um passeio pela fazenda em que Eduardo Prado morou seus últimos anos, para o conhecerem na intimidade, guiados por suas palavras (ARINOS, 2005: 141-160).

Nessa parte do discurso, Arinos se delicia então em descrever a paisagem e seus personagens, como se estivesse narrando mais um de seus contos do sertão. Os cafezais imensos e produtivos, os tristes trabalhadores italianos e seus filhos já abasileirados, a mata virgem majestosa, a casa grande acolhedora e patriarcal, o fazendeiro cordial, cosmopolita e erudito que ao mesmo tempo age com naturalidade em meio aos caipiras, o jantar em família harmonioso e abençoado pelo pela imagem de um crucifixo e pelos brasões dos antepassados. Provavelmente sem perceber, Afonso Arinos faz da fazenda do amigo uma representação de sua nação ideal, com, história, hierarquia, raça, valores, costumes, religião e prosperidade, tudo perfeitamente adaptado e em harmonia com a natureza tropical. Um modo de vida que, no entanto, não era o seu próprio.

O discurso de acolhida que Olavo Bilac pronunciou em seguida lhe dá uma resposta que soa como uma gentil reprimenda: por mais nobres que fossem as intenções de Eduardo Prado, Afonso Arinos não fora acolhido ali naquele grupo seletivo para representar a continuidade do antecessor, mas porque sua obra literária, reunida em “Pelos sertões”, com toda a sua originalidade e intensidade, por si só já lhe dava todos os créditos necessários. Além disso, ali entre eles não era mais necessário que se preocupasse tanto com a desnacionalização da pátria e o esquecimento do passado nacional e das tradições, posto que, quase todos ali, até mesmo por sua idade, já tinham vivido o bastante para já não dar crédito a pretensões iconoclastas. A Academia Brasileira de Letras não era um lugar estranho ou hostil ao tradicionalismo do novo ingressante. Afinal, aquela geração já estava calejada pelas desilusões com a República pela qual tantos deles dedicaram os sonhos de juventude. Naquele momento, já experimentavam outras possibilidades de refazer os elos de sua prática literária com a representação de uma identidade nacional mais atenta aos costumes do povo que antes tanto deploravam (PEREIRA, 2003: 53-72).

Nessa conjuntura, a obra de Afonso Arinos fornecia referências inestimáveis e seu prestígio só cresceria na década seguinte, quando o nacionalismo cultural deixa de ser bandeira de alguns folcloristas pouco levados a sério para tomar impulso em diferentes vertentes. Pouco antes de falecer em fevereiro de 1916, em uma viagem ao Brasil que se prolongou devido à guerra européia, pronunciou uma conferência em Belo Horizonte intitulada “A unidade da pátria”. Ali, declarava com todas as letras: o que mantinha a unidade do país era o povo simples que, sempre migrando de diferentes regiões e com diversos costumes, unia esforços na tarefa de desbravar os sertões e consolidar o domínio do território nacional. Era um trabalho inconsciente de construção da nação vindo de baixo que não encontrava resposta consciente por parte das elites. Mas essa comunhão das diferentes regiões do país como emblema da nacionalidade já tinha sido representada no conto “Assombração”, em “Pelos Sertões”: os tropeiros liderados pelo cuiabano Manuel Alves eram mineiros, cearenses, gaúchos, de todas as regiões enfim. Em 1916, ano de sua morte, não se podia dizer que tal visão da nação fosse novidade.

**Referências bibliográficas:**

ARINOS, Afonso. Obra completa. Rio de Janeiro: INL, 1968.

ARINOS, Afonso. “Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903) – Discurso do Sr. Afonso Arinos”. In: Discursos Acadêmicos – Tomo I – Volumes I a IV, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005. Pp. 141-160.

BILAC, Olavo. “Recepção de Afonso Arinos (18 de setembro de 1903) – Resposta do Sr. Olavo Bilac”. In: Discursos Acadêmicos – Tomo I – Volumes I a IV, 1897-1919. Rio de Janeiro: ABL, 2005. Pp. 161-176.

CARVALHO, José Murilo de. “Eduardo Prado e a polêmica do iberismo e do americanismo”. Revista Brasileira. Fase VII, ano XII, n. 53, outubro a dezembro de 2007, pp. 71-87.

LIMA, Alceu Amoroso. Afonso Arinos. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: CAPELARI, Márcia et alii (orgs.). República, liberalismo, cidadania. Piracicaba: Ed. Unimep, 2003. pp. 53-72.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. “Eduardo Prado e a modernidade”. Revista Brasileira. Fase VII, ano XII, n. 53, outubro a dezembro de 2007, pp. 88-110.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.